



Cinema
na Letras
Programação
imperdível
a partir de
sexta-feira.
Página 2



SINTUFRJ discute o Brasil da crise política. *Página 5*

SERVIDORES

Congresso do SINTUFRJ tem nova data.

Página 2

Ministro descarta aumento de 18%.

Página 3

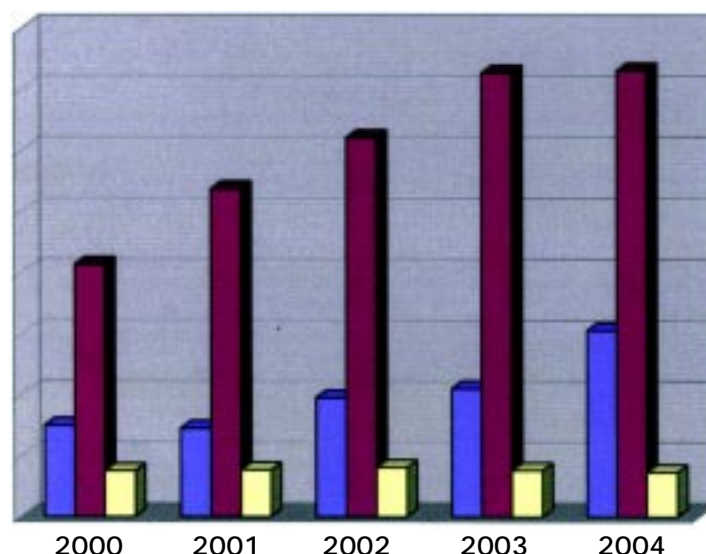
Carreira: nova rodada de negociações.

Página 3

Superávit Primário e Gastos da União
com Dívida e Educação (R\$ Bilhões)

Dinheiro da dívida para a educação

A proposta de conversão da dívida externa em recursos para a educação ganha força. Provocados pela campanha nacional pela conversão da dívida para a educação - promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), apoiada pela Unesco e CUT -, o Legislativo e o Executivo se engajaram na luta. O ministro Tarso Genro se mobiliza com este fim. A Argentina conseguiu converter 60 milhões de euros (moeda européia mais forte que o dólar) em investimentos para a educação.
Páginas 6 e 7



■ Superávit Primário *
■ Pagamento Dívidas **
■ Orçamento Educação

Fonte: Sinopse da execução orçamentária (Câmara dos Deputados)

* Valores Aproximados

** Amortização, juros e encargos das dívidas interna e externa

GRÁFICO revela a disparidade de recursos para a educação

Sala Escura na Letras

Imperdível, a iniciativa da Faculdade de Letras que estréia este mês com o projeto cultural “Até Quinfim é Sexta-Feira”, dirigido especialmente aos trabalhadores técnico-administrativos da UFRJ. Trata-se de um ciclo de cinema que terá como tema Trabalho e Alienação. As sessões vão ser realizadas todas sextas-feiras, às 13h, no auditório G-2, da unidade. Em seguida haverá debate com representante do setor de Pessoal da universidade, um historiador e um diretor do SINTUFRJ. A responsável pelo projeto é a técnica em Assuntos Educacionais da Diretoria Adjunta de Cultura e Extensão, da Letras, Virgínia de Oliveira e Silva.



Veja a programação

- **Dia 8/7:** *Tempos Modernos*, de Charles Chaplin. Debatem a historiadora Mirca Freire, o pró-reitor de Pessoal Luiz Afonso Mariz e um diretor do SINTUFRJ.
- **Dia 15/7:** *O Homem que Virou Suco*, de João Batista de Andrade.
- **Dia 22/7:** *Ele Não Usam Black Tie*, de Leon Hirszman.
- **Dia 29/7:** *Se Segura Malandro*, de Hugo Carvana.

ATRASADOS DO ENQUADRAMENTO

Segundo a PR-4, os atrasados do enquadramento (retroativo a março) estão na folha como se previa. Até a última sexta-feira não foram identificados erros significativos. Casos isolados deverão ser resolvidos diretamente na Divisão de Pagamentos da PR-4.

REUNIÃO DOS APOSENTADOS

Dia 7 de julho, às 10h. Pauta: segunda fase do enquadramento, informes sobre ações judiciais e assuntos gerais. Local: Espaço Cultural do Sindicato.

Após a reunião, estréia da peça *A Procura*.

En

Enriqueça o seu vocabulário

A palavra é ... APÓCRIFO

De acordo com o *Dicionário Aurélio*, “apócrifo” refere-se a um texto, obra ou fato cuja origem ou autenticidade não se pôde provar.

Use com moderação.

Arraia da Praia Vermelha (e também na COPPE)

O tradicional arraia do *campus* da Praia Vermelha vai acontecer neste fim de semana, dias 8 e 9 de julho. A festa é organizada pelo Fórum de Ciência e Cultura e conta com a colaboração direta de mais de 15 Centros Acadêmicos de toda a UFRJ. Os festeiros são estudantes de vários cursos, como de Economia, Letras, Serviço Social, Pedagogia, Administração, Biologia, Engenharia e História. O arraia vai ser aberto às 15h e os festejos só terminam à meia-noite. Entrada franca, mas a pedida é ir vestido a caráter.

Festa Junina também na COPPE. Organizada pelo grêmio, a festa também será nesta sexta, dia 8 de julho, no Centro de Tecnologia, em frente ao Bloco G, a partir das 16h30.



Campos do Jordão

A Coordenação de Aposentados está organizando excursão a Campos do Jordão. Mais detalhes e inscrições na secretária do SINTUFRJ, às 2ª, 4ª e 6ª feiras, ou pelos telefones 2560-8615 e 2260-9343, ou com a Coordenação dos Aposentados: 9766-0011.

Sede campestre

Como informamos na edição anterior (672) do Jornal do SINTUFRJ, a Comissão Ampliada (constituída no final do ano passado) que discute a aquisição de uma sede campestre já apresentou proposta à diretoria do Sindicato. Depois de uma visita a duas propriedades, os membros da comissão estão indicando a compra de um sítio em Campo Grande (para melhor visualização do Sítio do Jacob é só acessar o site www.sitiodojacob.com e conferir os detalhes),

que têm mais de 40.000 metros quadrados, piscina, quadra de tênis, vôlei e futebol de salão e um campo de futebol de medidas oficiais. A comissão é integrada por diversos setores da categoria. Para discutir o assunto, em breve será convocada uma assembléia específica, onde estaremos discutindo e aprovando a aquisição, utilização e manutenção da sede campestre.

O jornal foi às ruas ouvir a opinião dos servidores. Veja três dessas opiniões.



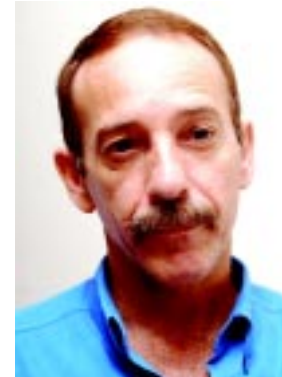
“Acho muito importante ter uma sede campestre para passarmos as férias. A nossa vida não pode ser só trabalho. Muitos sindicatos têm suas sedes para lazer. Agora deve ser a nossa vez. A iniciativa merece aplausos.”

Deyse Francisca da Cruz
Assistente administrativa do alojamento.



“Vai ser muito bom ter uma sede campestre porque os funcionários vão ter um lugar para fazer as festas de fim de ano. Não só isso: ter um local para a diversão nossa e de toda a família tem um grande valor.”

Nelson Lopes Filho
Vigilante do oitavo andar da Reitoria



“Acho ótimo. Já que não temos aumento pelo menos vamos ter um lugar para nos distrair e que também serve para integrar os funcionários que hoje estão muito distantes. Ponto positivo para a categoria.”

Armando Agostinho
Armélau
Administrador da Procuradoria-Geral

Assembléia discute carreira

Nesta segunda-feira, dia 4, há nova rodada de negociações no Ministério da Educação

Sábado e domingo, dias 2 e 3 de julho, a Plenária Nacional da Fasubra se reuniu em Brasília para preparar a atuação da Federação na nova rodada de negociações que acontece nesta segunda-feira no Ministério da Educação. Na reunião plenária da Fasubra foi discutida a necessidade de se acumular forças para a luta pela implantação da segunda etapa do enquadramento. Essa segunda etapa do processo se relaciona com a progressão por capacitação ou com a concessão de percentuais de incentivo à qualificação, assim como com o aprimoramento do plano de carreira, que envolve o debate sobre o VBC (Vencimento Básico Complementar). Carreira foi um dos itens da pauta da assembléia da categoria na semana passada. Dentro da racionalização, cinco critérios foram estabelecidos: escolaridade, experiência, responsabilidade, risco e esforço – tomando como referência o Plano de Cargo Único, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), PUCRCE, novas tecnologias de trabalho e a realidade dos profissionais nas instituições



DEBATE. Os coordenadores Neuza Luzia e Agnaldo Fernandes conduziram a reunião

federais de ensino superior. Todas as bases da Federação levaram para a plenária as demandas da categoria.

Os participantes da assembléia discutiram o que consideraram como incorreções de cargos, e os cinco delegados eleitos e um representante da diretoria do SINTUFRJ viajaram Brasília com a missão de defender, na plenária da Fasubra, as alterações propostas pelo coletivo, para que elas também fizessem parte das

propostas que serão levadas pela Federação ao governo, nesta segunda-feira. A próxima edição do Jornal do SINTUFRJ informará o resultado dessa reunião.

NOSSAS DEMANDAS – Os vigilantes da UFRJ reivindicam que seja considerada para enquadramento na carreira a mesma proposta que fizeram para o PCU: extensão do tempo de experiência de 12 para 24 meses, segundo grau completo e inclusão de algumas

especificidades inerentes à categoria. Os almoxarifes, que já são considerados pela Universidade como técnicos, querem constar como tal na nova carreira. A situação desses companheiros já é objeto de estudo pelo GT da Fasubra.

A coordenadora do SINTUFRJ, Neuza Luzia, acrescentou que já foram encaminhadas as pendências relacionadas ao enquadramento dos profissionais laboratoristas, seralheiros e marceneiros. O co-

ordenador Agnaldo Fernandes, que participou de uma audiência com o Ministério da Educação sobre incorreções e implantação da carreira, lembrou que o Cadastro Brasileiro de Ocupações é o parâmetro que está sendo levado em consideração para as alterações de cargos.

PORTARIA – A coordenadora do SINTUFRJ e integrante da Comissão de Enquadramento, Nilse Corrêa, informou, na assembléia, que vai ser editada uma portaria para resolver problemas relacionados com contagem de tempo de serviço, devido à existência de inúmeros casos de servidores com problemas dessa ordem. Por enquanto, a recomendação do SINTUFRJ é para que os trabalhadores recorram à Comissão de Enquadramento, que funciona no térreo do prédio da Reitoria. A direção do Sindicato também se comprometeu em solicitar ao reitor que, neste momento, dê prioridade aos processos pendentes de validação de tempo de serviço. Mas o Jurídico da entidade estará à disposição da categoria para buscar solução para as injustiças que possam estar ocorrendo.

Congresso tem nova data

A assembléia aprovou a proposta apresentada pelo coletivo da Tribo para que o Congresso do SINTUFRJ seja realizado nos dias 3, 4 e 5 de agosto. Como todos devem se lembrar, em outra assembléia a categoria aprovou o adiamento do congresso proposto pela direção do Sindicato, uma decisão que privilegiou o processo de enquadramento na nova carreira. Mediante esta definição de data, também serão alterados os prazos de eleição de delegados e entrega de teses.

CALENDÁRIO DE REUNIÕES PARA TIRADA DE DELEGADOS

CALENDÁRIO DE REUNIÕES NAS UNIDADES TIRADA DE DELEGADOS			
DATA	UNIDADE	LOCAL	HORÁRIO
4/7/2005	NCE	Anfiteatro Maria Irene	10 horas
4/7/2005	FAU	Auditório Archimedes Memória	10 horas
5/7/2005	COPPEAD	Sala 218	10 horas
5/7/2005	NPPN	Auditório do NPPN	13 horas
5/7/2005	FAC. DE ODONTOLOGIA	Anfiteatro 2 da Odontologia	10 horas
6/7/2005	HU	Auditório 5 E - 36	10 horas
6/7/2005	PR1, PR2 E PR3	Auditório da PR-3, Sala 810	10 horas
6/7/2005	PREFEITURA PV	Subsede do SINTUFRJ	13 horas
6/7/2005	DVST	Sala do Centro de Estudos	11 horas
7/7/2005	IPPMG	Auditório da Pupileira	11 horas
7/7/2005	PR5	Sala 804	10 horas
7/7/2005	NUTES	Sala 17 Bloco A do CCS	14 horas
8/7/2005	ICB	Aud. Depart. de Anatomia - Bloco F - 1º andar	10 horas
8/7/2005	FACULDADE DE LETRAS	Anfiteatro E-1	10 horas
8/7/2005	FAC. DE EDUCAÇÃO	Sala 208	14 horas
8/7/2005	IDT	Anfiteatro Humberto Perrota - 12ª andar HU	11 horas

Ministro responde a servidores

Reivindicação envolve proposta de política para evitar perdas salariais futuras

Foto: Niko Júnior

O coordenador-geral do SINTUFRJ, Agnaldo Fernandes, disse que o tema central da reunião realizada há duas semanas com o ministro do Planejamento foi sobre o reajuste emergencial de 18%, um dos eixos da campanha salarial em curso. Na ocasião, segundo o sindicalista, a Coordenação Nacional dos Servidores Públicos Federais também apresentou proposta de política para evitar perdas salariais futuras, ou seja, no próximo ano. As reivindicações colocadas na mesa foram: reposição da inflação a partir de 1995 e ganho real, que seria a variação do Produto Interno Bruto (PIB).

Segundo Agnaldo, sobre o reajuste o ministro foi franco na sua resposta, e reafirmou que para este ano não há possibilidade de alteração na folha de pagamento dos servidores federais.

Sobre a greve de alguns setores do serviço público federal, como saúde, o ministro informou que o governo está disposto a negociar, inclusive os dias parados. Mas como informou o coordenador do SINTUFRJ, entidades e até militantes estão sob ameaça de pagamento de



CONJUNTURA. A crise política em que o país está mergulhado foi assunto da assembléia

multas altas, por força de ação do Ministério Público, baseado em decreto de FHC que o atual governo sustenta. Neuza Luzia esclareceu, então, que esta decisão arbitrária é exclusiva do Ministério Público, apoiada na falta de regulamentação das greves do funcionalismo.

A categoria e a greve

Agnaldo Fernandes propôs na assembléia que a ple-

nária nacional da Fasubra, que se realizaria no fim de semana, discutisse e aprovasse um indicativo de greve para a categoria. Justificativa: necessidade de mobilização dos trabalhadores das universidades federais, para assegurar correções no plano de carreira, já que o governo não garante nada. Mas os trabalhadores presentes optaram pela proposta intermediária apresentada pela

coordenadora Neuza Luzia, que fez uma discussão de método, com o objetivo de não misturar na plenária que já estava marcada para decidir sobre resultado e racionalização de cargos, pois a Federação iria bater o martelo naquele ponto, após apresentação nesta segunda-feira das demandas ao governo, outro assunto importante. Assim, ficou decidido que a Fasubra marcará daqui a 15

dias uma nova plenária para decidir sobre data de indicativo de greve.

Debate político quente

Na análise da conjuntura, o governo Lula não foi poupado. A categoria demonstrou sua indignação com o envolvimento de ministros, deputados e personagens da cúpula do Partido dos Trabalhadores nos escândalos de corrupção, alvo de CPIs. Pessoal as avaliações, a opção feita por Lula de dar continuidade à política econômica de FHC, em detrimento à extensa pauta de reivindicações da classe trabalhadora.

Mas para que o debate sobre os rumos políticos do país ganhe maior consistência, a assembléia aprovou proposta de uma companheira, Nancy, da Escola de Música, para que o SINTUFRJ organize fóruns de discussões e convide como palestrantes pessoas com capacidade teórica e isenção para contribuir para uma análise. A direção do Sindicato lembrou que está reservado no Jornal do SINTUFRJ um espaço para contribuições reflexivas da categoria sobre o momento atual.

NOTAS

O ICB e os 28%

O Instituto de Ciências Biomédicas convocou, terça-feira, 28 de junho, reunião extraordinária da sua Congregação, para a qual convidou o SINTUFRJ e a PR-4 para prestarem informes sobre a situação da ação dos 28%, tendo em vista a expectativa dos trabalhadores docentes e técnico-administrativos que ainda não recebem esse percentual e que lutam por isso. Ao fim da reunião foi formulada declaração resumindo a posição do grupo.

Orgulho Gay pára a Zona Sul

A praia de Copacabana e o sol de inverno foram o cenário mais que perfeito para a realização da 10ª Parada do Orgulho GLBT, que no domingo, dia 26, reuniu cerca de 800 pessoas na orla, numa manifestação em defesa do direito de se amar quem quiser. A finalidade do evento foi sensibilizar a população para o respeito à diversidade sexual e a aprovação dos projetos que instituem a união civil para pessoas do mesmo sexo e que reconhece como crime a discriminação contra gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros. Vários artistas prestigiaram o evento, e mais uma vez o destaque foi muita alegria e descontração sob as bandeiras do Arco-Íris. A Coordenação de Políticas Sociais acredita que tal evento serviu para nos mostrar que devemos enfrentar, sem preconceitos, a discussão de gênero. A democracia implica liberdade e respeito à diversidade sexual de cada indivíduo.



NA PRAIA. Milhares de pessoas ocuparam Copacabana

SINTUFRJ DEBATE O BRASIL

Foto: ABr

O povo brasileiro elegeu Lula presidente com a esperança de que mudanças profundas fossem realizadas. Porém, ao mesmo tempo, manteve um Congresso Nacional com perfil conservador. Assim como também esse anseio de mudanças não se refletiu nas eleições para os governos dos estados. O que faz o cidadão votar em Lula e, ao mesmo tempo, em Roberto Jefferson, um dos ardorosos defensores de Collor de Melo, e em tantos outros que se perpetuam no parlamento com o voto popular, para legislar historicamente contra o povo? O fato é que, em que pese a eleição de Lula, a sociedade ainda está dominada pelos interesses conservadores. A eleição de Lula representou a ascensão da esquerda ao poder no maior país da América Latina, e isso gerou uma enorme expectativa não só no Brasil, mas no mundo. Pois o grande desafio posto para este governo é, no mínimo, iniciar o processo de ruptura com a ideologia neoliberal ainda hegemônica em nosso país. A esse desafio, o governo Lula vem respondendo mal.

A credibilidade de Lula expressa nas urnas permitia a construção de sua governabilidade a partir dos movimentos organizados, com o povo nas ruas, enfim, com base social garantindo a implantação de projetos de mudanças na qualidade de vida da população. A opção de garantir a governabilidade a partir de uma artificial maioria no Congresso Nacional foi profundamente equivocada. Mesmo porque muitos dos que estão lá pertencem a partidos com uma longa folha de serviços prestados à má utilização do dinheiro público. O resultado foi uma paralisia de investimento nas políticas sociais, manutenção da política econômica sustentada pelos juros altos e iniciativas que só contemplaram os interesses do capital, como a reforma da Previdência Social. Mas, por



SAÍDA. Construir a governabilidade com os movimentos sociais e com o povo nas ruas é o caminho para garantir as mudanças

Alternativa à esquerda

outro lado, temos que reconhecer que houve acertos em várias áreas. A política externa é um exemplo. Nunca países da América Latina se apresentaram com tanta autoridade nos centros de decisões das relações de comércio. E foi o governo brasileiro o responsável por esses avanços. Quem fala mais na iminência de assinatura de acordo para Área de Livre Comércio das Américas (Alca)? O governo soube se impor aos Estados Unidos e encerrar a polêmica. Outro ponto positivo é a tentativa de reversão de parte da dívida externa para investimento na educação pública.

Essas contradições do governo, somadas ao seu afastamento de sua base social, permitiram criar as condições para instalação de uma crise gerada com base nas denúncias de corrupção envolvendo dirigentes do Partido dos Trabalhadores. Somamos-nos àqueles que exigem

apuração dos fatos e punição a todos os responsáveis. O momento é crítico, e não podemos minimizar a crise, mas temos que ter a clareza que o resultado dela não poderá apontar para uma saída que permita o retorno da direita estruturada ao poder. É preciso questionar, porque os que hoje têm a desfaçatez de se apresentar surpresos com os esquemas que envolvem o Congresso Nacional são os mesmos que ajudaram a construir esses esquemas. Temos que cuidar para não cairmos na ardilosa armadilha que se quer construir de que o governo Lula disseminou a corrupção naquele exército de mercenário, cujo um de seus comandantes é o próprio Roberto Jefferson, o denunciador.

Como bem ensina a cientista política Laura Tavares, é preciso questionar também aqueles que optaram pelo silêncio dos convenientes, e

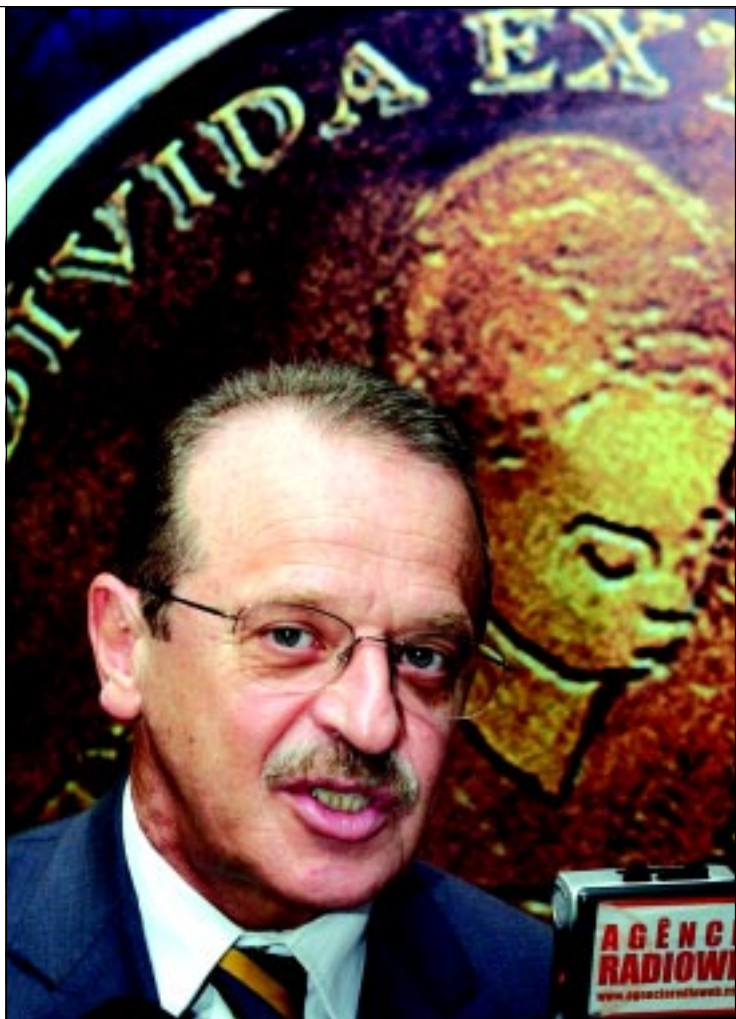
assim contribuíram, direta ou indiretamente, com a implantação do maior projeto de *modernização excludente* já perpetuado neste país. Época mais autoritária após a ditadura militar, onde só havia espaço para um único pensamento. Cabe à esquerda de nosso país ter a maturidade de entender o momento político e com a unidade necessária construir um processo de mobilizações que rompa com o senso comum de que não há diferença entre esquerda e direita no poder. Mobilizações que obriguem o governo a sair desta

timidez. Tirar José Dirceu não basta. É preciso tirar do governo todos os que estão sob suspeição, como o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e o ministro da Previdência Social, Romero Jucá. E também construir uma agenda positiva de governo que aponte claramente para políticas que respondam aos anseios dos trabalhadores.

A saída, dessa encruzilhada, tem que ser à esquerda, com os valores da esquerda e sua luta pela construção de um país com dignidade para o seu povo.

Assinam este texto os militantes da corrente sindical CUT Socialista e Democrática (CSD) e coordenadores do SINTUFRJ:

- Neuza Luzia – Faculdade de Medicina
- Ana Maria Ribeiro – IDT
- Huascar da Costa Filho – IPPUR
- Vera Barradas – IPPUR



TARSO GENRO. Ministro está empenhado na campanha

A conversão da dívida para a educação

Proposta ganha força no Legislativo e no Executivo e vira campanha nacional

A Frente, que reúne 53 deputados, e o Comitê, composto por mais de 60 entidades da sociedade civil, têm como objetivo comum viabilizar modalidades para a conversão da dívida externa brasileira, hoje em torno de R\$ 545 bilhões, em investimentos na educação. Segundo o MEC, desse total, 76% correspondem a dívidas que não podem ser convertidas.

GRANDE PASSO - O secretário-executivo da CNTE, Eduardo Ferreira, considera a iniciativa da Frente Parlamentar e do comitê um grande passo: "Começamos nossa campanha em abril com uma marcha a Brasília. O governo se comprometeu a dar prosseguimento à proposta. Semana passada mesmo houve seminário na Bovespa para discutir com o campo financeiro. É positivo. Mesmo considerando que o MEC inicie a discussão com uma proposta menor de conversão - a nossa vai mais além, pois reivindicamos que a conversão seja uma política pública permanente -, as iniciativas são um grande passo." Ferreira destaca porém que a proposta não pode tirar o foco da crítica em relação a dívida externa: "Enquanto não se faz uma auditoria da dívida como propõe o Jubileu Sul, proposta que apoiamos, e não se cria uma política internacional efetiva sobre a dívida dos países pobres, podemos estabelecer alternativas para arrecadação de recursos. É uma estratégia."

MEC ARTICULA - O MEC estuda a conversão de parte

de sua dívida externa com o Clube de Paris (grupo de credores formado por países integrantes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE) e demais países desenvolvidos. O débito com o Clube de Paris é de cerca de R\$ 30 bilhões, entretanto o limite para a troca da dívida nesta modalidade permite a conversão de apenas R\$ 4 bilhões. Há três tipos de credores: organismos multilaterais, como FMI, Banco Mundial e Bird; Clube de Paris, que representa governos; e pequenos credores e bancos. O Brasil tentará negociar também com os bancos multilaterais.

De acordo com o secretário-executivo do MEC, Jairo Jorge, um dos elementos da negociação será a criação de um fundo para reunir os recursos que serão investidos em educação. "Ao invés de pagar parte da dívida, o dinheiro será colocado num fundo voltado para projetos educacionais", explica.

Em outubro haverá a Cúpula dos Países Ibero-Americanos da Educação, com os presidentes da Espanha, Portugal e dos países das Américas Central e do Sul. Lá, o Brasil tentará aprovar a proposta de troca de pagamento de dívidas externas por investimentos em educação.

A proposta de conversão da dívida externa em recursos para a educação ganha força. Provocados pela campanha nacional pela conversão da dívida para a educação - promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), apoiada pela Unesco e CUT -, o Legislativo e o Executivo se engajaram na luta.

Duas frentes de ação foram lançadas em Brasília, há duas semanas, respectivamente pela Câmara dos Deputados e pelo MEC: a Frente Parlamentar de Conversão da Dívida Externa em Recursos para a Educação, proposta pelo deputado Paulo Pimenta (PT-RS), no dia 22, e o Comitê Social da Conversão da Dívida em Educação, no dia 23, tendo à sua frente o ministro da Educação Tarso Genro.

Dívida impede investimentos

No lançamento do Comitê Social da Conversão da Dívida em Educação, o ministro Tarso Genro lembrou que no primeiro quadrimestre deste ano o Brasil pagou, somente em juros, R\$ 54 bilhões, o mesmo valor que o projeto do Fundeb (fundo que amplia o Fundef para toda a educação básica) prevê para ser investido nos próximos 14 anos. "Há algo de errado e constrangedor nesta ordem. Isso não é somente uma questão de educação, mas, sim, de um projeto de nação", avaliou.

O deputado Paulo Pimenta afirma que a dívida externa é o grande impedimento para o Brasil investir o necessário nas políticas sociais: "Só no ano passado o governo gastou R\$ 146 bilhões com os serviços da dívida. Já o orçamento da Educação foi de R\$ 14,5 bilhões." Desde que foi iniciada a política de superávit primário, em 1999, os investimentos públicos têm sido as principais vítimas.

O representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Brasil, Jorge Werthein, informa que o Brasil necessita de recursos adicionais da ordem de R\$ 3,6 bilhões ao ano, o que representa um crescimento de aproximadamente 15% dos investimentos em educação atualmente realizados no país.

Continua na página 7

Argentina conseguiu conversão

País fez acordo bilateral com Espanha e investiu 60 milhões de euros em educação

A troca de parte da dívida externa de países em desenvolvimento por aplicações em projetos educacionais foi discutida no México, em 2004, quando Brasil, Argentina, México, Chile e Nicarágua formaram um grupo de trabalho sobre o tema. O primeiro resultado veio no início deste ano, quando a Argentina conseguiu um acordo bilateral com a Espanha para converter 60 milhões de euros da sua dívida em investimentos na educação argentina.

A idéia de conversão de parcelas da dívida em recursos para educação já vem sendo posta em prática desde a década de 1980, e não só para a educação como também para outras áreas, como o meio ambiente. Ela é feita principalmente em países pobres da África e da América Latina.

A ofensiva política sobre a questão foi iniciada em 2003 em fóruns internacionais, como a Conferência da Unesco, o encontro ministerial da Organização dos Estados Americanos (OEA), e em

reuniões do Mercosul – tendo à frente das discussões o ministro Tarso Genro, seu antecessor, Cristovam Buarque, e o ministro da Educação, Ciência e Tecnologia argentino, Daniel Filmus – e se fortaleceu com a decisão do governo espanhol. Segundo o secretário-executivo da CNTE o Brasil já está discutindo com a Espanha o mesmo tratamento dado à Argentina.

SITUAÇÃO DIFÍCIL - Os países em desenvolvimento enfrentam uma situação grave no que diz respeito ao endividamento interno e externo, que aliado à necessidade de fortes ajustes fiscais, vem colocando-os em estado de escassez de recursos públicos para investimentos em políticas sociais. De acordo com relatório do Banco

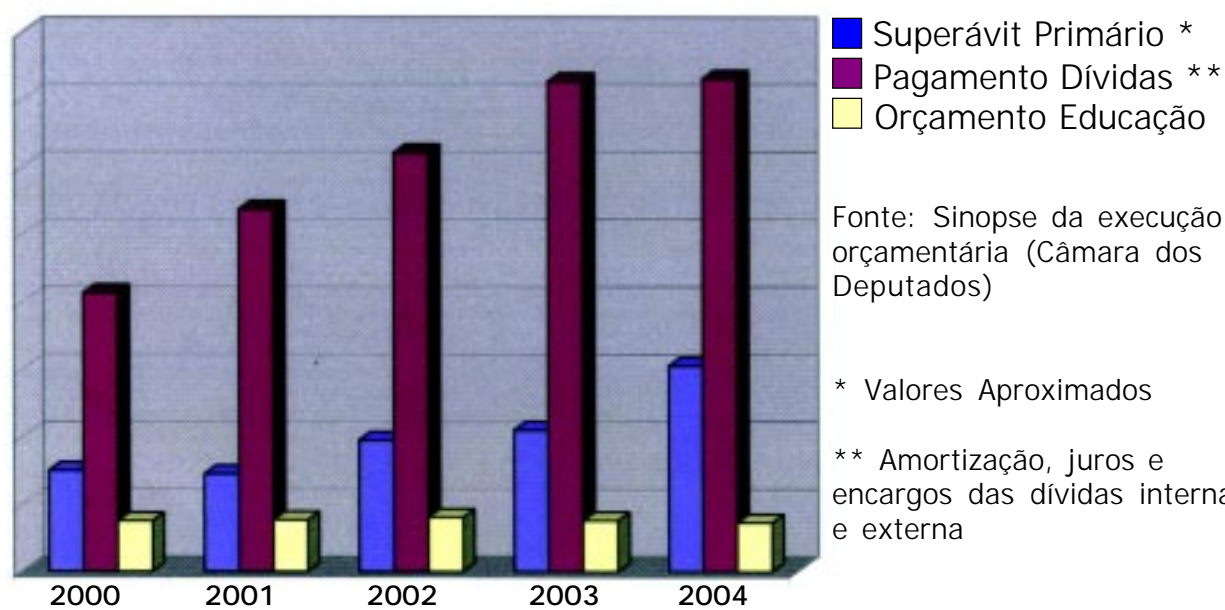
Mundial, a América Latina tinha, em 2002, uma dívida externa de 728 bilhões de dólares – um aumento de cerca de 63% se comparado a 1990. Grande parte dos países da região, como Argentina, Brasil, Uruguai, Equador e Peru, são classificados como países severamente endividados. No caso da Argentina e Brasil, as dívidas correspon-

dem, respectivamente, a 393% e 342% do total de suas exportações.

FALTAM RECURSOS - O Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado no Congresso Nacional prevê a aplicação de 7% do PIB (hoje R\$ 129,5 bilhões). Segundo os cálculos do próprio MEC, a educação deverá contar, em 2005, com R\$ 79,92 bilhões

(4,32% do PIB), contabilizada as três esferas (ensino básico, médio e superior). Esses valores apontam para déficits de R\$ 105,8 bilhões e R\$ 49,88 bilhões. Se comparados com a indicação do Plano Nacional de Educação, demonstram que o patamar está bem aquém do que o patamar o necessário e do legal, e extremamente longe do ideal.

Superávit Primário e Gastos da União com Dívida e Educação (R\$ Bilhões)



SAÚDE DO TRABALHADOR

UFRJ espera resposta sobre plano de saúde

A diretora da Divisão de Saúde do Trabalhador, Vânia Glória, que está coordenando o grupo de trabalho para implantação do Plano de Atenção Integral à Saúde da categoria, informou que a demora do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) em se manifestar sobre os estudos encaminhados pelo grupo de trabalho tem justificativa. Segundo Vânia, como o go-

verno decidiu estender o benefício a todos os servidores públicos civis do poder Executivo, o MPOG ainda trabalha com base em dados que estão sendo enviados, conforme fez a UFRJ, na elaboração de uma proposta geral.

De acordo com o coordenador de Políticas Públicas do SINTUFRJ e integrante do GT, Huascar da Costa Filho, o governo estaria disposto a pagar, por cada funcionário

da UFRJ, R\$ 35,00. Mas a Pró-Reitoria de Pessoal enviou ao Planejamento o valor de R\$ 90,00, que foi quanto o grupo de trabalho apurou, no levantamento de cálculo atuarial solicitado à Caixa Assistencial Universitária do Rio de Janeiro que custaria o plano por pessoa, incluindo dependentes. Vânia acrescentou que há uma promessa do governo de definição até o próximo semestre, tempo suficiente, acre-

ditada, para que o benefício vigore a partir de 2006.

MODELO - O GT da UFRJ, segundo Vânia Glória, se preocupa em pensar um plano de saúde que seja de autogestão, sob controle social e que use o dinheiro público nos próprios hospitais universitários, embora não exclua outros credenciamentos. Outro diferencial em relação aos planos existentes é oferecer coberturas para aci-

dente de trabalho e doenças profissionais. A proposta do GT é que seja formado um colegiado, do qual participariam todos os envolvidos, para administrar e ser também o fórum deliberativo do plano. Os servidores públicos do Judiciário e Legislativo há muitos anos têm garantido assistência de saúde bancada pelo governo; a exceção são os servidores do poder Executivo.

ECO: comissão gera polêmica

Foto: Niko Júnior

A Comissão Acadêmica aprovada pelo CEG na sessão do dia 22 para avaliar a situação curricular e formular um projeto pedagógico para a Escola de Comunicação, composta pelas professoras Ana Canen e Maria José Coelho, pelas técnicas-administrativas Ana Maria Ribeiro e Vera Barradas e pelos alunos Thiago Barcellos e Rafaela Magnani, causou polêmica na ECO.

“Foi divulgado *e-mail* em lista interna da ECO sobre a comissão acadêmica, deslegitimando órgãos acadêmicos e sindicatos, por parte de alguns professores ligados à direção. A gente espera que com a comissão acadêmica possamos aprofundar as discussões e transformações necessárias sobre o currículo do curso e os problemas mais profundos, como a desagregação das disciplinas, falta de laboratórios, número restrito de bolsas, falta de atividades de extensão e outros problemas”, disse a estudante Leila Leal, do CA e da comissão que os estudantes formaram para acompanhar os trabalhos da Comissão Acadêmica.

Para Ana Canen, membro da comissão, o clima é construtivo: “A nossa comissão tem trabalhado muito bem. Estamos marcando encon-



EMBATE. Na sexta-feira passada, houve reunião da Congregação da Escola de Comunicação. Os estudantes (à esquerda) se retiram exigindo solução para a crise da unidade

tros com o corpo social. Nos encontramos esta semana com representantes estudantes, com parte dos professores, com os quais estaremos ainda na próxima semana, assim como o CA da ECO. Já nos encontramos com o professor (José) Argolo, o diretor. Nossa comissão tem caráter acadêmico. Não é o mesmo da Comissão de Sindicância, nosso foco é o currículo”. Segundo a conselhei-

ra, não há nem mesmo problemas com a documentação requisitada, até o momento: “Tivemos esses ruídos, pequenos mal-entendidos, mas estamos felizes. Vamos fazer o nosso trabalho. Apesar de não ter prazo estabelecido, a comissão pretende concluir o trabalho em 30 dias.” O diretor da ECO, José Argolo, não quis comentar o assunto até a conclusão dos trabalhos da comissão.

Clima quente

No dia 1º de julho, o clima não era exatamente de tranquilidade. Os estudantes Pedro Martins, Laura Abrantes e Carolina Barreto, do CA da ECO, do DCE e membros da Congregação deixaram a reunião do colegiado pela terceira vez, em protesto contra o impasse na escolha do chefe do Departamento de Métodos e Áreas Conexas (Demac).

Os estudantes questionam a eleição – que, segundo contam, não seguiu os estatutos da UFRJ e entraram com recurso no Conselho Universitário. O Conselho encaminhou que a Congregação deliberasse, mas o tema não chegou a entrar em pauta. A Reitoria não homologou o nome do eleito, mas mesmo assim, segundo os alunos, ele participa do colegiado como chefe de departamento. “A Reitoria vai ter que intervir aqui porque eles não respeitam nenhuma instância da Universidade”, disse Pedro.

Em pé de guerra

Os estudantes e representantes do DCE entregaram ao Consuni documento com reivindicações, que vão desde a mudança no currículo à exoneração do diretor, José Argolo. Os conselheiros decidiram incluir a ECO na pauta da próxima sessão. A decana Sueli Almeida informou que o CFCH convocou uma reunião extraordinária do Conselho de Centro para examinar a crise. Ela disse que foi reconhecido o esgarçamento nas relações na unidade, o que levou, inclusive, a instituição de uma comissão de sindicância para apurar as denúncias dos estudantes.

NOTAS

FACC gera polêmica

Na sessão do CEG de quarta-feira, dia 29, houve debate sobre várias unidades acadêmicas, no momento em que estão sendo definidas as quantidades de vagas oferecidas pelos cursos no próximo vestibular. Entre pedidos de abertura de novos cursos, como de Biblioteconomia, e aumento de vagas, como para criação de nova turma de Licenciatura em Ciências Biológicas em Macaé, destoou o pedido da direção e de alguns estudantes da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC): eles queriam reduzir vagas por causa da falta de espaço. A FACC pedia a redução de 150 para 120 nas vagas oferecidas no curso de Administração e de 160 para 130 nas de Ciências Contábeis. “É impossível acomodar 100 alunos onde não comporta 60”, argumentaram os estudantes. Os conselheiros votaram com o parecer da relatora, Ana Maria Ribeiro, que contrariava o pedido de corte de vagas, mas reconhecia a necessidade de providências para melhorar a situação da Faculdade.

Parecer da Música na pauta

A Comissão Acadêmica do CEG, criada em março para avaliar a situação do curso de Licenciatura de Música, apresentou o resultado de seu trabalho. O curso é recente e, apesar de sua criação ter sido um consenso na Escola de Música, o projeto acabou “por gerar problemas, dissensões e irregularidades”, nas palavras dos relatores.

Entre as propostas do parecer está a que diz que é preciso que haja condições para que o curso funcione dentro de normalidade institucional: “para isso é necessário que as regras de criação e funcionamento de cursos e disciplinas sejam adequadamente cumpridas”.

Os membros da comissão propõem ainda que a Escola forme nova comissão, composta por professores não envolvidos nas disputas internas, com a missão de aprofundar a discussão e viabilizar a completa institucionalização do curso de música.

ARBÍTRIO

Fotos: Niko Júnior

INFRA-ESTRUTURA

